

**HABEAS CORPUS Nº 481.964 - MG (2018/0321707-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DAN KENNER DE OLIVEIRA EXPEDITO  
**ADVOGADO** : DAN KENNER OLIVEIRA EXPEDITO - MG158251  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : MARCOS VINICIUS BRAGA INEZ (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MARCOS VINICIUS BRAGA INEZ contra decisão monocrática que indeferiu o pedido liminar no *writ* manejado perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.18.131151-5/000).

Noticia a defesa que o paciente foi preso em flagrante, em 9 de novembro de 2018, e teve a custódia convertida em preventiva (e-STJ fls. 17/18) pela suposta infringência ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.434/2006, porque teria sob sua posse 19,57g (dezenove gramas e cinquenta e sete centigramas) de maconha, distribuídas em 7 (sete) porções.

Irresignada com a ilegalidade da prisão cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem. O pedido liminar, como antes relatado, foi indeferido (e-STJ fls. 15/16). Esta é a decisão impugnada.

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/14), a defesa suscita nulidades das provas obtidas no flagrante e da prisão, tendo em vista que houve ameaças e agressões, quebra de sigilo telefônico, o paciente teria ficado sob o poder da polícia por mais de 3 (três) horas até chegar na delegacia; afirma que foi relacionado condutor diverso daquele que realizou a ação policial (o 2º Sargento Rafael Souza Pereira, da ROTAM de Belo Horizonte) etc.

Sustenta, ainda, a nulidade das decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva do paciente, por fundamentação

inidônea (gravidade abstrata do delito), sem apontar elementos concretos que justificassem a sua periculosidade e a necessidade da medida extrema. Aduz, subsidiariamente, que a quantidade de substância eventualmente entorpecente apreendida não é bastante para justificar, por si só, a prisão cautelar.

Sustenta haver constrangimento ilegal na manutenção da custódia cautelar, tendo em vista a ausência dos pressupostos legais autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ponderando acerca das condições pessoais favoráveis do paciente.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação do decreto de prisão preventiva, ou subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Deferida a liminar (e-STJ fls. 55/59) e prestadas as informações (e-STJ fls. 64/70 e 74/117), o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *mandamus* (e-STJ fls. 122/123).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações atualizadas prestadas pela apontada autoridade coatora (e-STJ fls. 125/134), verifica-se que a 2ª Câmara Criminal daquela Corte, em 25/1/2019, ao julgamento o mérito do *writ* originário, concedeu a ordem ao paciente, para revogar a sua prisão preventiva.

Nesse contexto, fica sem objeto o pedido contido na inicial.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *mandamus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator